



Formação de professores para uma educação não discriminadora

Teacher training for a non-discrimination education

Roniel Santos Figueredo*

Resenha de | Review of:

DIAS, A. F. (org.). *Formação de professores para uma educação não discriminadora*. Aracaju: Infographics, 2014.

A obra compõe-se de uma coletânea de quatro artigos escritos por professores/as que trabalham com as discussões de gênero e sexualidade, e de oficinas e ações que podem ser realizadas nas escolas visando fomentar uma educação não discriminadora e acolhedora das diferenças que estão inseridas no ambiente escolar. É, portanto, um material teórico-metodológico que, com uma linguagem que se aproxima do público-alvo, que são os/as professores/s, possibilita que essas discussões adentrem a escola em uma abordagem que foca no respeito à diferença.

Por ser uma obra recente, publicada em 2014, a publicação insere-se num contexto de instabilidade, em que as instâncias fundamentalistas, sobretudo as religiosas judaico-cristãs, têm se levantado contra as discussões a respeito de gênero e sexualidade na escola, percebendo nelas um perigo para o que chamam de “família tradicional brasileira”. No entanto, nessa construção discursiva sobre o que é família não estão incluídos os arranjos familiares

* Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB, campus de Jequié). Licenciado em Ciências Biológicas pela mesma instituição (2015). Professor assistente da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Desenvolve pesquisas e trabalhos com etnias, gênero, sexualidade, educação científica, formação de professores para diversidades e questões contemporâneas. Contato: ronielbiologia@hotmail.com

considerados dissidentes ou não tradicionais, que também estão inseridos no modelo de sociedade contemporânea, conseqüentemente, também presentes na escola.

O primeiro capítulo intitula-se *Conceito de gênero e as desigualdades sociais*, de autoria da Profa. Dra. Maria Helena Santana Cruz, que pensa em uma perspectiva feminista as relações de gênero estabelecidas na sociedade brasileira, situando historicamente a crescente substituição dos estudos de mulher pelos estudos de gênero. Ela traz à tona a relação desigual que é estabelecida entre homens e mulheres no decorrer da história. Nesse sentido, Cruz entende que “em todas as sociedades contemporâneas, de alguma forma, há o predomínio masculino, e embora em grau e expressão a subordinação feminina varie muito, a desigualdade dos sexos, hoje em dia, é fato universal na vida social”. (p. 11)

Problematizar essas relações desiguais, portanto, é um dos objetivos das discussões de gênero. Isso porque, em uma perspectiva sexista, a mulher é vista como um ser secundário, em que suas atividades não têm reconhecimento cultural, diferentemente dos homens, que ocupam lugar de primazia no sistema patriarcal que estrutura a sociedade contemporânea, em especial a brasileira, que traz respingos do seu histórico de colônia portuguesa para os dias atuais.

Herdeiras da tradição portuguesa, mulher brasileira tinha seu lugar na esfera privada, no âmbito da família: o âmbito doméstico; a esfera pública, o poder, caracterizava-se como eminentemente masculino. A mulher devia ser recatada, andar de olhos baixos e permanecer calada (a não ser que lhe fosse dirigida a palavra), obedecer ao pai ou ao marido, fazer suas orações saber cozinhar e bordar. Não era costume aprender as artes da escrita e da leitura. (p. 12)

O segundo capítulo da obra tem por título *Diversidade de gênero e sexual e suas implicações na escola*, de autoria do Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza, que elucida a construção social que cria o modelo sexo/corpo/gênero/desejo, dando a ela um aspecto naturalizado, como se uma pessoa que tenha nascido com um pênis tenha, obrigatoriamente, que se identificar como homem, ter seu corpo, vestimentas e gostos estruturados dentro do que é considerado masculino, e desejar afetivo-sexualmente, exclusivamente, uma mulher. Esse processo de naturalização concede aos gêneros, corpos e sexualidades uma fixidez que busca uniformizar e padronizar a todas/os. Aqueles/as que escapam desse padrão são percebidos como anormais, ilegítimos, pecadores e antinaturais.

Nesse sentido, o autor discute sobre a intersexualidade, escapando de um modelo dicotômico de pensar a sexualidade e os gêneros, ao entender que essas pessoas ocupam o lugar da ambigüidade, algo que é negado pelo contexto contemporâneo, afinal o entrelugar não é uma possibilidade em uma sociedade que busca construir as identidades em pares opostos. Por estarem fora do padrão social, as pessoas intersexuais são vistas, muitas vezes, como aberrações, demônios, monstros e para “trazê-las de volta à normalidade” são realizadas intervenções cirúrgicas ainda quando recém-nascidas, algo que tem sido criticado pelos

estudiosos da temática, por acreditarem que as pessoas intersex devem decidir os destinos de seus corpos e de suas vidas.

Essa visão binária e dualista que circunda os gêneros e sexualidades é construída em nossa sociedade na contemporaneidade. Em um apanhado histórico-cultural, o autor mostra que em muitas sociedades práticas homoeróticas e de travestilidade/transsexualidade são vistas como naturais, normais e legítimas. Apesar dos avanços na compreensão da temática, a sociedade brasileira é a que apresenta o maior índice de assassinatos ao grupo composto por lésbica, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais, demonstrando a necessidade de haver uma educação voltada às diferenças, pois as manifestações lesbo-homo-bi-transfóbicas ocorrem também no ambiente escolar por xingamentos, vexações e agressões físicas e as escolas, na maioria das vezes, silenciam-se sobre essas práticas, sendo cúmplices e produtora, de certa forma, desses processos discriminatórios.

Os dois últimos capítulos são do Prof. Dr. Alfrancio Ferreira Dias, também organizador da obra, e intitulam-se respectivamente: *Como diferenças de gênero se transformam em desigualdades na escola?* e *Por uma pedagogia da coeducação*.

No primeiro texto desse autor são questionadas e apresentadas as formas como o corpo e a sexualidade são apresentados na escola, por um viés da sacralidade em que o desejo e o prazer são dissociados, sendo apresentados apenas os aspectos biológicos numa abordagem focada na reprodução e/ou doenças sexualmente transmissíveis. Ao utilizar essa abordagem, a escola assume um papel de catequista, pois infiltra valores e padrões nos seus discursos que fortalecem o que é propagado culturalmente.

Destarte, meninos e meninas aprendem que a escola não é lugar para discussão da sexualidade. Nessa abordagem não prescritiva, camuflada de intimidade, a sexualidade é silenciada na escola, ou melhor, algumas sexualidades são silenciadas, apenas aquelas que são dissidentes. Isto porque a heterossexualidade é reiterada a todo instante, como algo dado, natural e inquestionável. Assim, a escola contribui para a disseminação de preconceitos, possibilitando que diferenças se tornem desigualdades. O autor finaliza seu texto percebendo que

Seria preciso criar novas e múltiplas formas de lidar com a escolarização de meninos e meninas, a fim de pensar para além da doutrinação ou anulação dos comportamentos masculinos e femininos nas práticas escolares. Um caminho interessante para a diminuição das discriminações e desigualdades nas salas de aula seria uma prática pedagógica a partir da perspectiva da coeducação. (p. 25)

Dessa forma, ele sinaliza para o seu segundo texto, que discute a importância das/os participantes da comunidade escolar na direção metodológica que a instituição toma ao lidar com as diferenças. Ele aponta para o que chama de pedagogia da coparticipação, baseado em Daniela Auad, e apresenta a proposta de gerenciamento das relações de gênero na escola visando



possibilitar novos olhares acerca das percepções e construções do masculino e feminino que ocorrem na escola, tendo em vista metodologias que proporcionem a equidade, sem relações que transformam diferenças em desigualdades.

Por fim, são apresentadas algumas estratégias didáticas que podem ser utilizadas na escola para a inserção das discussões de gênero, a fim de promover uma educação acolhedora das diferenças. As oficinas sugeridas utilizam materiais simples como cartolinas, cartazes, músicas, apresentação de vídeos, recursos que estão disponíveis na maioria das escolas. Esse é um aspecto potente dessas estratégias.

[Recebido em: julho de 2017 /

Aceito em: outubro de 2018]